



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

EM

6 DE DEZEMBRO DE 2011

ACTA Nº 25

-----Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de 2011, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves e com a presença dos Vereadores Senhores, Avelino de Jesus da Silva Pedroso, António Gonçalves Cardoso, Luis Paulo Carreira Fonseca Costa, Rui Miguel da Silva, Eduardo Miguel Duarte Ventura e comigo, Carla Maria Conceição Rodrigues, Coordenadora Técnica.-----

-----O Senhor Presidente justificou a falta da Vereadora Senhora Paula Inês Moreira Dinis, por motivos de saúde.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos.-----

**PERIODO ANTES DA
ORDEM DO DIA**

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo-se a "um evento que teve lugar este fim de semana que foi o Estágio do Karaté Shukokai organizado pela secção de Karaté da Associação Atlética de Arganil e que reuniu cerca de 400 jovens, no Pavilhão do Sarzedo, Sábado e Domingo. Teve uma grande participação de público, tendo tido oportunidade de participar na entrega final das lembranças e estava mais de um milhar de pessoas, o que revelou um grande êxito.-----

-----Queria aproveitar esta ocasião para dizer que a Câmara se associou e apoiou esta iniciativa e ter também uma palavra de reconhecimento para com os organizadores que levaram por diante um evento que teve um grande sucesso, até com repercussões ao nível do alojamento e da restauração local. Foi, de facto, um evento marcante."-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Solicitou a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** referindo que “fiquei surpreendido quando tive acesso a uma notícia de que o Senhor Ministro Miguel Relvas, no último Congresso da ANAFRE, utilizou o caso de Arganil como o exemplo de um concelho que já teria decidido a sua reorganização administrativa do território. Nós todos tivemos oportunidade de desenvolver um conjunto de acções no sentido de esclarecer e ouvir a opinião da população, o qual entendo ter sido um momento importante e de alguma forma também se distinguiu relativamente a outros concelhos vizinhos, que não tiveram esta postura de abertura, de auscultar o sentir das populações relativamente a esta reforma administrativa. A conclusão que retiramos dessas reuniões vai no sentido das Assembleias de Freguesia se manifestarem contra a reforma administrativa, fundamentarem o porquê estarem contra e, de alguma forma, justificarem a razão de ser da sua continuidade. Apenas num último momento, e se nada for possível fazer, foi solicitada a escolha por parte das populações de qual a freguesia que entendiam que melhor serviria o seu futuro, no caso de serem agregados a novas unidades territoriais, facilitando assim as decisões a tomar pelos Órgãos Autárquicos.-----

-----Quando surge esta notícia, dá-se ideia de que tudo está resolvido, quando não está, porque as próprias Assembleias de Freguesia ainda não se pronunciaram e a Assembleia Municipal também ainda não debateu o assunto. Deixava aqui esta nota de desagrado pelo facto do nosso concelho ter sido utilizado como argumento, quando ainda não está tomada qualquer decisão a nível local relativamente ao futuro da reorganização administrativa, apenas foram ouvidas as populações.-----

-----Faço ainda uma sugestão ao Senhor Presidente: visto que estamos a chegar ao final do ano, solicito que na próxima reunião, caso seja possível, o Senhor Presidente trazer o resumo da actividade do Município; sei que em Abril é que é o momento próprio para discutirmos o Relatório de Actividades, mas gostava que nos fosse dado conhecimento de toda a actividade que tem sido desenvolvida pelo Município. Em Novembro de 2009, o Senhor Presidente solicitou e foi-lhe concedida pela Câmara, delegações de competências que estavam atribuídas ao Executivo, nos termos da lei e na altura solicitámos que regularmente nos fosse trazida informação sobre essa actividade municipal que vai sendo desenvolvida, porque nos sentimos, de alguma forma, alheados da mesma, eu pelo menos, enquanto Vereador da Oposição, que não tenho tido essas informações. Se na próxima reunião for possível o resumo de toda essa actividade, o que é que vão fazendo, nomeadamente as entidades com as quais a Câmara trabalha que, num futuro próximo, vão ter um reforço de competências, como por exemplo as Comunidades Intermunicipais.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que “relativamente às notícias que saíram nos jornais, somos alheios a essa matéria; o Governo perguntou-nos qual era o ponto da situação e o que foi dito ao Governo foi que tinha havido uma reunião com as Juntas de Freguesia, tinham sido feitas sessões públicas nas freguesias, mas que faltava agora a deliberação das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal; foi isto que foi transmitido ao Governo.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Não tenho nenhuma dúvida que o nosso caso, a metodologia seguida, constitui um exemplo para os outros municípios do País; tenho acompanhado também o processo noutros Municípios e nenhum fez aquilo que nós fizemos, que foi fazer sessões públicas junto da população, ouvindo-a e explicando o sentido da reforma. Parece-me que terá sido essa a intenção do Governo, nomeadamente do Senhor Ministro, quando falou do caso de Arganil. Admito que não foi isso que perpassou nalguns órgãos de comunicação social, mas queria que ficasse claro que o ponto de situação que foi dado ao Governo foi exactamente aquilo que se passou; a reforma ainda não está terminada, longe disso, tem que haver a pronúncia por parte das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal.-----

-----Relativamente à sugestão que formulou, gostava que o Senhor Vereador concretizasse onde é que se sente alheado daquilo que é a acção da Câmara; nós temos procurado trazer aqui as grandes decisões; sobre a matéria da delegação de competências, nos termos da lei, sobre as competências que eu exerço, por delegação da Câmara, normalmente é dado conhecimento à mesma das decisões tomadas; do ponto de vista legal é assim que funciona e tem sido esse o procedimento seguido, mas gostava que concretizasse onde é que se sente alheado."-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que "relativamente à reforma administrativa, apenas o que eu pretendia era que saísse deste Executivo aquilo que o Senhor Presidente referiu e que eu também referi, ou seja, ainda não há nenhuma posição tomada; isto para descanso das populações, porque tive alguns contactos de pessoas de algumas das freguesias onde nós estivemos presentes, admirados de já estar a decisão tomada e ainda não se terem pronunciado localmente; julgo que terá havido alguma precipitação do Governo num momento difícil como foi o Congresso da ANAFRE; apenas pretendi esclarecer essa dúvida até para descanso das próprias populações que ainda vão ter oportunidade, nas Assembleias de Freguesia, de se manifestarem.-----

-----Relativamente à questão da informação sobre a actividade, nós participamos num conjunto significativo de entidades, de outras estruturas, estou a lembrar-me da Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor, da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, da Adxtur, de um conjunto de outras iniciativas que vão sendo realizadas e às quais nós não vamos tendo informação sobre o papel que essas entidades exercem no nosso concelho; esse é um dos exemplos que gostaríamos de ver aqui esclarecido, até porque só temos informação da actividade municipal em cada Assembleia Municipal, e a pedido expresso, porque na altura não nos é distribuído o relato da actividade municipal que é facultado a todos os deputados com assento nesse Órgão."-----

-----Usou da palavra o Senhor **Vice-Presidente** referindo que "o procedimento que se adoptou relativamente à reestruturação administrativa, queria ressaltar e relevar a maneira como foi digna e cooperante, como foi desenvolvida até agora; penso que não devemos criar muito ruído à volta deste assunto, até porque os passos dados foram significativos, acho que estamos no bom caminho, ainda há um percurso a percorrer e, se





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

calhar, quanto menos ruído criarmos à volta da metodologia com a qual concordámos e que implementámos no terreno, não iria acrescentar muito estar a fazer alguma intervenção que pudesse de certa maneira ainda baralhar mais as pessoas.-----

-----Quanto aos dados relativos à actividade Municipal, estaria de acordo que fossem distribuídos também aos Senhores Vereadores os vários elementos que vão dando relevo a essas actividades."-----

-----Teve a palavra o Senhor Vereador **António Cardoso** dizendo que "relativamente à reforma administrativa, penso que o Senhor Vereador Miguel Ventura já deu a resposta a si próprio, quando colocou a questão; a postura que a Câmara adoptou no desenvolvimento desta situação, do contacto com as populações, e também aquilo que disse, que os municípios vizinhos não seguiram essa metodologia, penso que é essa metodologia que foi colocada em evidência, a forma como se trabalhou com as próprias populações e com as instituições locais. A resposta está dada, que é a postura de diálogo e esclarecimento que adoptámos ao longo deste processo."-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** acrescentou ainda que "na reunião de 4 de Outubro propus aqui que a Câmara deveria ouvir as populações e não tomar qualquer posição sem auscultar a sua opinião; eu fui o primeiro a sugerir uma metodologia dessa natureza; só fiz esta intervenção para esclarecermos as notícias que saíram, de que em Arganil o processo estava concluído, o que não é verdade."-----

-----interveio o Senhor **Presidente** reforçando "um pouco aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse, acho que a reforma podia ser encarada de várias formas, mas há uma coisa que é clara e é uma constatação óbvia: esta reforma resulta de um compromisso assumido pelo Estado Português, assinado pelo anterior Primeiro-Ministro e subscrito pelos 3 maiores partidos; a opinião de nós todos julgo que é clara, tem sido expressa nas comunicações públicas que se fizeram e que acho que correram bastante bem, porque podemos não concordar com o caminho que está a ser seguido, mas uma reforma, de alguma forma, é inevitável; julgo que o sucesso desta reforma, dentro do concelho, também está muito dependente deste entendimento que tem existido, no sentido de levar as coisas da melhor forma possível. É evidente que podemos sempre discutir a questão do ponto de vista político, o Senhor Vereador trouxe aqui a questão do Senhor Ministro ter falado de Arganil; como lhe disse, a informação que foi transmitida foi exactamente o que se está a passar no concelho. Também posso dizer, em bom rigor, que não consigo compreender algumas afirmações do líder do Partido Socialista, quando diz que isto não pode ser feito a régua e esquadro, quando foi o Partido Socialista o primeiro partido a assinar o memorando da Troika e que prevê a redução do número de freguesias. Mas não me parece, muito francamente, que esse debate deva acontecer aqui, ele decorre no âmbito da Assembleia da República e acho que não acrescentamos nada ao debate, estar aqui a chamar à coação aquilo que os líderes políticos dizem sobre esta matéria."-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----O senhor Vereador **António Cardoso** disse que "só respondi e levantei esta questão, porque quando é dito na comunicação social que há um bom entendimento na forma como Arganil está a conduzir o processo, parece, pelas palavras que disse, que constitui para o Senhor Vereador uma nota de desagrado, falar-se bem do processo seguido por Arganil."-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Aprovação de Acta;**-----

-----**Capítulo Segundo – Instrumentos de Gestão Financeira;**-----

-----**Capítulo Terceiro – Diversos;**-----

-----**Capítulo Quarto – Expediente;**-----

-----**Capítulo Quinto – Requerimentos Diversos;**-----

-----**Capítulo Sexto – Loteamentos;**-----

-----**Capítulo Sétimo – Empreitadas;**-----

Capítulo Primeiro

Aprovação de Acta

-----**PRIMEIRO:** Discussão e aprovação da **Acta nº 24**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **15 de Novembro de 2011.**-----

-----Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente, Ricardo Pereira Alves e do Senhor Vereador Eduardo Miguel Duarte Ventura, aprovar a **Acta nº 24** correspondente à reunião ordinária realizada no dia **15 de Novembro de 2011.**-----

Capítulo Segundo

Instrumentos de Gestão Financeira





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----O Senhor Presidente propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia a estas votações fosse feita em conjunto, relativamente aos dois documentos e no fim efectuava-se a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----

-----O Senhor **Presidente** apresentou uma breve **nota de abertura** referente aos documentos presentes para aprovação:-----

----- "A situação financeira do país condiciona de forma significativa a proposta de Orçamento Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2012. -----

----- Os sucessivos cortes nas transferências do Estado para as Autarquias, que prosseguirão em 2012 e 2013, o aumento do IVA de 6% para 23% na electricidade e no gás limitam a capacidade de intervenção da Autarquia nas diversas áreas. -----

----- Neste quadro, exige-se rigor e forte contenção na gestão autárquica, apostando numa grande selectividade nos investimentos. -----

----- Foi, por isso, necessário, à semelhança do que aconteceu no ano em curso, fazer opções muito claras, que importa enunciar: -----

----- 1- Garantir o desenvolvimento dos projectos, em curso, com participação por fundos europeus; -----

-----2 - Dar prioridade aos projectos estratégicos para o Concelho, apostando numa visão e num planeamento plurianual; -----

----- 3 - Apostar nos investimentos de proximidades nas áreas económico-sociais, do ambiente e das acessibilidades, potenciadoras de desenvolvimento e coesão social; -----

----- 4 - Manter o nível de apoio às Freguesias, que sofrerão já um corte significativo ao nível das transferências da Administração Central, não coarctando assim a sua capacidade de intervenção. -----

----- Assim, -----

----- **Para Promover a Melhoria da Qualidade de Vida em 2012:**

- Requalificação do espaço da Antiga Cerâmica (4 000 000 €) -----

- Requalificação do Parque do Prado, em Côja (125 000€) -----

- Extensão de Saúde de São Martinho da Cortiça (100 000 €) -----

- Requalificação da Rede Viária Municipal (805 696 €) -----

- Reforço das redes de abastecimento de água (262 000€) -----

- Reforço das redes de saneamento e ETAR's (596 000€) -----

----- **Para Desenvolver Produtos Turísticos Competitivos em 2012:**

-Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Aldeias do Xisto e Aldeias Históricas/Património Judaico) (261 500€) -----

-Praias Fluviais/Zonas Balneares (55 000€) -----

----- **Para Fortalecer a Estrutura Económica em 2012:**

- Ampliação da Zona Industrial da Relvinha (125 000€) -----

- FICABEIRA e Feira do Mont'Alto 2012 (150 000€) -----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

- Feira das Freguesias (20 000€) -----

----- Este é, pois, um Plano de Investimentos centrado nas prioridades para o Concelho, alicerçado num orçamento de rigor e forte realismo, num quadro de grave crise económica e financeira que o nosso país atravessa.” -----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para pedir alguns esclarecimentos; “relativamente ao nível de receitas verificamos um aumento significativo das mesmas, na ordem dos 67% nas receitas da água e 81% nas taxas relativas aos resíduos sólidos, isto em relação ao orçamento de 2011; visto que não se prevê um grande acréscimo no volume de serviços prestados, tal acréscimo só pode advir de um grande aumento nas taxas; qual o nível desse aumento das taxas?-----

-----Gostava também de esclarecer, na questão das despesas, na página 25, os 87 mil euros para serviços de consultoria jurídica; que representam cerca de 7.250,00€ por mês; que tipo de serviços são estes, visto que é um serviço muito específico e é um valor muito elevado.-----

-----Também na página 30, 290 mil euros para acessibilidades à Serra do Açor, que acessibilidades é que estão previstas nestas rubricas, na medida em que há uma outra rubrica de acessibilidades ao Piódão; há alguma via estratégica alvo de intervenção que eu não esteja a vislumbrar? De uma forma geral eram as dúvidas que tinha relativamente à proposta apresentada; queria também um esclarecimento, que julgo que é uma questão técnica e que ainda terá que estar assim previsto no Orçamento Municipal: é relativamente à questão do subsídio de férias e Natal dos trabalhadores; sabemos que no Orçamento de Estado para 2012 que foi aprovado a 30 de Novembro - daí eu dizer que porventura tenha que estar assim neste orçamento municipal - se prevê que os subsídios de férias e de natal dos trabalhadores da administração pública e nomeadamente da administração local não serão pagos a partir de determinado limite; aqui está previsto desse forma, onde é que, se eventualmente não forem pagos aos trabalhadores, serão aplicados os montantes que estão aqui previstos em termos dos subsídios de férias e de natal e não serão efectivamente pagos aos funcionários?-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** começando “por fazer algumas referências em relação às GOP, (página 25); registo que na Administração Geral foram introduzidos vários pontos novos dos quais destaco um que se refere à gestão de frotas; não estou a perceber o que é que não foi feito nos mandatos anteriores para haver necessidade de agora incluir aqui uma rubrica específica sobre gestão de frotas e um outro ponto, reforçando aquilo que o Senhor Vereador Miguel Ventura referiu, sobre os serviços de consultoria jurídica; também é a primeira vez que é incluído nas GOP e com um valor de 87 mil euros; o esclarecimento que pretendia era saber o porquê e a que se deve esta introdução.-----

-----Uma outra questão é sobre a escola EB1 de Arganil (página 26); como sabem, e foi aqui referido pelo Senhor Presidente, que a escola EB1 de Arganil tinha a sua conclusão





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

física no ano de 2010 e que, quando muito, haveriam verbas que transitariam para o ano de 2011; por isso estranho que se mantenham verbas para o ano de 2012; existem mais obras do que aquilo que se está a pensar ou é para pagar a dívida já contabilizada e que esteja por liquidar?-----

-----Uma outra questão refere-se ao Sub-Paço, (página 27), Requalificação do Sub-Paço, sabemos que é uma obra que foi amputada (margem direita da Ribeira de Folques) mas que terminou numa primeira fase. Para 2012 aparecem 224 mil euros; a questão que coloco é se esta verba é referente à margem direita e de que forma é que essa margem direita vai ser intervencionada, se é dentro da mesma empreitada, se é uma nova empreitada?-----

-----Uma outra questão, e esta pesa substancialmente numa aposta que foi feita pelo Executivo, porque dela fez eco, que é relativamente à requalificação do edifício do Teatro Alves Coelho, (página 28). No ano anterior de 2011 já se previa uma intervenção e agora para o ano de 2012 prevê-se um investimento de 50 mil euros, que é um investimento ridículo, dado a dimensão do edifício e, depois para 2013, também se prevêem outros 50 mil euros e só em 2014 é que se prevê uma verba que mais se coaduna com as necessidades daquele edifício. Pergunto o porquê deste valor de 50 mil euros? Este valor pouco ou nada vai valer em termos da obra e mais valia nem estar inscrito no Orçamento, porquanto é diminuto e pouco significativo.-----

-----Na mesma página, Requalificação da Cerâmica; a Cerâmica está para ser concluída pelo menos a calendarização que estava prevista era 2010-2011-2012, 2 milhões em cada um dos anos. Pela leitura dos documentos das GOP foram liquidadas despesas no valor de 2.251.000,00€ referente aos anos 2010 e 2011, quando estavam previstos 4 milhões. Agora aparece a inscrição de 4 milhões para o ano de 2012. Isto para chegar à conclusão que este é um valor que todos nós sabemos, à partida, que não se vai realizar. Se em 2010-2011 foi feita ou paga obra no valor de 2.200.000,00€ não será agora, num ano, que vão ser feitas e pagas obras no montante de 4 milhões.-----

-----Também em relação à indústria, (página 29), "Indústria e Energia", isto é uma constatação, que há uma redução em cerca de 200 mil euros relativamente ao investimento que foi feito no ano de 2011 ou que, pelo menos, que estava previsto em 2011. Sabe-se que entre o previsto e o feito vai uma diferença, mas como o realizado só o poderemos analisar quando for a aprovação das contas do ano de 2011, fico por esta análise. Referindo-me às GOP, em 2011 havia inscrição de 410 mil euros para a indústria e energia e neste ano só existe 210 mil euros; convenhamos que este sector é de primordial importância para a recuperação económica e criação de emprego para o concelho.-----

-----Referindo-me agora ao Orçamento, (33), começo por perguntar por que razão é que algumas rubricas foram altamente dotadas em termos financeiros: uma delas é a do saneamento, que em 2011 estavam inscritos cerca de 5 mil euros e para 2012 está prevista uma verba de 146.345,00€; a que se deve este incremento? O mesmo tipo de explicação para um outro que é de saneamento (taxas e multas), que é referente, especialmente, a despesas com ramais domiciliários, estavam previstos em 2011, 86.335,00€ e em 2012 vai para mais do dobro, 202.994,00€; dentro desta mesma orientação, (página 35), referente à água, o incremento é quase para o dobro das





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

receitas, no ano de 2011 estavam inscritos 357 mil euros e agora 597.000,00€. Nos resíduos sólidos também uma subida substancial, quase 100%, era de 147 mil euros e passa para 265 mil euros. Para já eram estas questões que pretendo ver esclarecidas.”----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para pedir “um pequeno esclarecimento adicional: relativamente à Cerâmica, na página 28-57, que o total que está previsto para a intervenção, somando o já realizado, o que está previsto para 2012 e 2013, dá-nos um total de 6751.000,00€ e no Orçamento para 2011 o valor total previsto era de 5.663.000,00€; há aqui um acréscimo de 20% naquilo que estava no Orçamento de 2011 para 2012, cerca de um milhão e cem mil euros a mais; qual é a razão deste valor?”-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** para “esclarecer as dúvidas que foram aqui suscitadas pelos Senhores Vereadores; começando pelas questões do Senhor Vereador Miguel Ventura, nomeadamente em relação aos valores considerados como receita de água, resíduos sólidos e saneamento, referir que foi encaminhada uma cópia de um Relatório da Direcção Geral das Autarquias Locais aos Senhores Vereadores, nos termos daquilo que está definido na lei, onde uma das questões que era suscitada como recomendação e recomendação da IGAL, leia-se imposição, é no sentido de conformar os nossos Regulamentos, nomeadamente das águas, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos, com as recomendações da ERSAR; aliás esta questão já tinha sido aqui conversada há cerca de um ano ou talvez um pouco mais, quando falámos pela última vez da última alteração a estes Regulamentos. Uma das questões que é pertinente e que tem consequências muito fortes ao nível do Regulamento, tem por um lado uma questão que em tempos aqui foi suscitada dos ramais domiciliários, nomeadamente com o facto de gradativamente os ramais domiciliários virem a ser, num horizonte temporal de 5 anos, aquilo que recomenda a ERSAR com o decréscimo progressivo de 20% todos os anos, de virem a ser tendencialmente gratuitos. Nós, contudo, e é uma informação para o Senhor Vereador Rui Silva, partimos para 2012 de um valor que será 80% do custo real; neste momento, acontece que temos um ramal domiciliário que tem um custo definido e esse ramal tem até 6 metros; de acordo com a recomendação da ERSAR esse mesmo ramal domiciliário terá que ter um custo considerado até 20 metros; aquilo que temos aqui em termos de aumento de receita, no futuro imediato tem a ver com esta alteração, ou seja o consumidor que solicite ramal domiciliário pagará 80% do valor do custo que é suportado pelo Município e refere-se a um ramal domiciliário até 20 metros; se for um metro paga esse valor, se forem 20 metros paga precisamente o mesmo valor. Volto a repetir que num horizonte temporal de 5 anos este mesmo ramal domiciliário não será directamente pago por quem beneficia dele, será pago indirectamente por todos os consumidores registados no sistema de abastecimento de água, resíduos sólidos urbanos e saneamento.-----

-----Em relação às outras componentes, nomeadamente a água, resíduos sólidos urbanos e saneamento, também como é referido no Relatório da IGAL, torna-se imperativo, para além duma tarifa variável, considerar uma tarifa fixa; esta tarifa fixa, basicamente distribui





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

por todos os utilizadores aquilo que são um conjunto de custos fixos e, na minha opinião, meramente pessoal, vem introduzir alguma justiça e dou aqui um exemplo: com a abolição da taxa que existia relativa ao aluguer dos contadores, passou a existir uma situação justa, na medida em que há muitos consumidores que vêm passar por hipótese uns dias de férias em Agosto, que quando chegam a casa abrem a torneira e têm água, tem o serviço de resíduos sólidos urbanos e têm o serviço de saneamento. Isto para além do custo variável que estas pessoas já pagavam agora, tinha contudo um custo fixo que não era suportado por estas pessoas que esporadicamente vinham ao concelho; nesse sentido, pessoalmente concordo com a recomendação da ERSAR, que se alicerça no facto deste conjunto de custos fixos que têm a ver com a existência do serviço da rede e não com a quantidade de utilização, de ser um custo repartido por todos os utilizadores, igualmente; estamos a falar da consideração de uma tarifa fixa. Dizer outra coisa: neste momento na região, para uma factura tipificada de 5m³ e de 10m³ de consumo por mês, nós temos no concelho valores que são muito reduzidos face àquilo que é a realidade na região; na região a nossa factura de 5m³ anda actualmente nos 4,02€, o concelho que está mais próximo de nós nesta matéria é Penela que tem 6,30€ se a memória não me falha e depois temos Vila Nova de Poiares com 13€, Miranda do Corvo com valores também muito próximos. Objectivamente nós não nos encontramos, nesta matéria, nem a cumprir aquilo que é a legislação relativa às taxas, aos tarifários, porque não há qualquer adesão dos custos que são suportados com aquilo que é a receita obtida, não há qualquer adesão de uma coisa à outra. Aquilo que temos aqui objectivamente previsto, em termos destes valores, é um aumento de receita considerado que será oportunamente apreciado em sede dos Regulamentos, mas continuaremos, contudo, com preços muito reduzidos face àquilo que é a realidade; para dar uma projecção do que fazemos e estamos a falar aqui de uma intenção de se fazer uma harmonização tarifária num horizonte temporal não inferior a 5 anos, ou seja só ao fim de 5 anos é que a receita obtida será suficiente para fazer face aos custos directamente suportados com estas áreas e teremos aqui uma evolução no próximo ano que ainda assim colocará o valor da factura previsivelmente em 6 euros e poucos cêntimos. Ainda assim, na linha daquilo que é hoje praticado no segundo concelho mais próximo de nós em termos de preços mais baixos. Referir ainda outra coisa: o cenário Águas do Mondego colocava-nos em 2017 o preço de 5m³ a 17€ e de 10m³ a 24€, se a memória não me falha. Esta é a projecção das Águas do Mondego num cenário de integração no seu sistema.-----

-----Deixar esta nota referindo, em termos de resumo, que temos aqui previsto um aumento de receita nestas componentes, mantendo contudo os preços muito baixos face àquilo que são os custos suportados e muito baixos face àquilo que é a realidade da região. Uma outra nota em relação a esta matéria para dizer que temos também previsto, pois não podemos ignorar a questão social, na versão do Regulamento que ainda este ano aqui será submetido a Reunião de Câmara, que as famílias mais carenciadas beneficiem de algumas isenções nomeadamente isenções relacionadas com as tarifas fixas, isto também na linha das recomendações da ERSAR. Estas famílias pagarão no futuro menos do que pagam agora e terá a ver exclusivamente com o consumo e não com aquilo que diz respeito a estas tarifas fixas e é no fundo destas tarifas fixas que resulta o acréscimo





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

de receita que está aqui considerado. Relativamente a uma outra questão que foi suscitada, da despesa que está aqui considerada com os serviços de consultoria jurídica, esclarecer que isto está relacionado com um procedimento que foi desencadeado para um volume de horas que foi submetido a um procedimento de consultoria jurídica numa área muito específica, muito exigente e que muito pouca gente em Portugal trabalha convenientemente e com resultados positivos, que é a área da contratação pública. Sempre que existe algum problema muito complexo que não é tão acessível aos Técnicos Juristas que estão cá na Câmara, ou que não é tão acessível ao Consultor Jurídico, nós recorremos a este serviço e tivemos já uma situação neste âmbito que teve a ver com a contratação da plataforma electrónica de contratação pública; o Município utilizava a Vortal, entretanto lançou um procedimento e a Construlink ofereceu um preço significativamente inferior àquele que foi proposto pela Vortal e, sendo as duas certificadas, optou-se por aquela que era mais barata, a Construlink, que na gíria é contas públicas. A Vortal recorreu, o processo andou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, subiu depois à instância seguinte, houve também uma providência cautelar e o que é certo é que foi nessa altura que se desencadeou este procedimento porque era necessário ter aqui um trabalho muito específico e vencemos quer a providência cautelar, quer o processo que decorreu no Tribunal Administrativo. Estamos a falar aqui de serviços jurídicos que são assegurados do ponto de vista profissional por um dos Professores mais conceituados do País na matéria da contratação pública, que é o Professor Pedro Gonçalves da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.-----

-----Em relação às acessibilidades da Serra do Açor, o Senhor Presidente certamente depois poderá esclarecer melhor.-----

-----Relativamente à questão relacionada com os subsídios de férias e de Natal, estão considerados aqui valores, porque e parece-me que é o que está considerado no Orçamento de Estado, aquilo que os Serviços tinham como indicação é que havia um cenário de remodelação dos subsídios e a ideia que eu tenho é que os subsídios não serão pagos acima de um determinado valor de remuneração; como uma boa parte dos funcionários da Autarquia estão abaixo desses limites, significa que receberão estes valores; se a memória não me falha, penso que a versão que veio a ser considerada depois no Orçamento de Estado, no fundo, em termos quantitativos, é abaixo destes 600,00€ que se posiciona uma grande parte dos funcionários da Autarquia, daí estarem aqui considerados esses valores.-----

-----Relativamente à questão dos valores da Cerâmica, presumo que isto possa ter a ver com alguma integração em termos de valores; por um lado, este valor de 6.750.000,00€ considera todos os custos relacionados com a Cerâmica, desde projecto, fiscalização, e a própria empreitada; considera também estas alterações que foram sendo apreciadas aqui em sede de Reunião de Câmara, nomeadamente de trabalhos adicionais, bem como os valores relativos ao IVA. O valor que está aqui é o valor que será suportado pela Autarquia, para além daquilo que foi aqui já apreciado em termos de Trabalhos a Mais e Trabalhos a Menos, Erros e Omissões, não há qualquer outra previsão.-----

-----Relativamente a outras questões a que ainda não respondi e que foram suscitadas pelo Senhor Vereador Rui Silva, dizer também que nós aproveitamos este período ou este





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

tempo que utilizamos todos os anos para elaborar e apreciar estes documentos para introduzir as melhorias que em cada tempo consideramos como os mais pertinentes, não consideramos que sejam documentos estáticos, não consideramos em qualquer momento que eles sejam perfeitos, são os melhores, em cada momento que são submetidos e apreciados. Quando falamos da gestão de frotas, falamos de algum aprimoramento nos elementos que aqui são trazidos, sendo que em concreto e em específico, este serviço não é um serviço novo; é algo que está implementado já no terreno e neste momento entendemos que era pertinente trazer alguma especialização em termos das rubricas onde estes valores estão considerados e aqui não há nada de novo para além de uma melhoria introduzida nas grandes opções do Plano, considerando esta rubrica. Muito sucintamente, estamos a falar de um serviço de gestão de frotas com recurso a GPS para cerca de 10 viaturas e é algo que já vinha a ser praticado.-----

-----Em relação aos valores considerados para a EB1 de Arganil as facturas que foram submetidas e que foram aprovadas em sede deste Órgão, posso afirmar sem margem para erros que se encontram integralmente pagas; há, contudo, um processo que decorre da revisão de preços; a revisão de preços ainda não está concluída, foram feitos cálculos pelos serviços da Autarquia e a projecção é aquela que está considerada para o próximo ano civil, porque neste momento o valor da revisão de preços ainda não foi submetido à Reunião de Câmara, só depois disso é que será eventualmente aprovado e muito dificilmente será pago este ano, daí termos considerado esse valor em 2012.-----

-----Relativamente à Requalificação do Sub-Paço, também nesta matéria penso que o Relatório da IGAL esclarece devidamente este assunto: há um conjunto de 3 Autos de Medição que foram suscitados pela Inspeção na sequência de uma queixa que foi remetida e que está relacionada com estes 3 Autos de Medição; estes Autos de Medição que foram aqui discutidos e que estão reflectidos no Relatório da IGAL, têm Trabalhos a Mais e têm Trabalhos a Menos ou seja, há um Auto de Medição, o 8-A, salvo erro, que tem um valor global negativo, contudo tem também trabalhos que foram efectivamente medidos e considerados; estes 224 mil euros reflectem os trabalhos que foram realizados que terão de ser facturados e que terão de ser considerados pagos para os podermos também considerar em sede da candidatura do QREN e serem comparticipados, porque são trabalhos que efectivamente foram realizados e temos depois os trabalhos a menos porque não foram feitos, porque houve correcções, que terão de ser depois compensados em termos de pagamento. Contudo, do ponto de vista contabilístico, as facturas que suportam os trabalhos terão que ser lançadas, para isso necessitam de dotação, ainda que esse valor dessa dotação seja depois balanceado com o valor de uma nota de crédito relativo ao valor negativo acertado. Tal como consta do Relatório da IGAL, em termos líquidos devemos estar a falar de uma dívida efectiva da Câmara entre 15 a 17 mil euros mais IVA.-----

-----No que diz respeito à Requalificação do Teatro Alves Coelho, penso que já nenhum de nós anda enganado, que o Mundo não está propriamente com uma perspectiva optimista e os tempos são de realismo, não são de utopias, também não são de loucuras, também não são de endividamento; o País chegou onde chegou com as políticas que seguiu no passado e naturalmente que a crise económica e financeira que o país está a





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

atravessar com as reduções de transferências significativas por parte do Orçamento de Estado que, no fundo, é de onde vem a grande maioria das receitas desta casa, com o aumento significativo de um conjunto de custos relativamente fixos como é o caso da energia eléctrica, implica que haja uma recalendarização dos investimentos a efectuar pela Autarquia. Contudo, pessoalmente não posso partilhar da ideia de que o valor que aqui temos considerado é um valor ridículo; também não posso partilhar da ideia de que pouco ou nada vai mudar; de facto, estes valores que aqui estão considerados de 50 mil € em 2012 e de 50 mil € em 2013, são os valores que consideramos importantes e necessários para fazer face a um procedimento que terá que ser desencadeado relacionado com o projecto, sem projecto não há obra e ainda que em 2014 exista capacidade financeira para fazer este investimento naturalmente se no período que antecede 2014 não se fizer o trabalho de casa, ou seja se não se desenvolver o procedimento relacionado com o projecto de requalificação do Teatro Alves Coelho, depois em 2014 não se pode fazer a obra. Este valor está cá considerado porque tem razão de ser, porque se justifica e porque deve estar.-----

-----No que diz respeito a outra questão suscitada sobre a requalificação da Cerâmica, nomeadamente com a velocidade de execução, devo dizer que em termos de calendário, a obra tem estado a decorrer com a celeridade necessária, diria mesmo com a celeridade desejável ou seja, com a celeridade que tem decorrido, tem permitido que a Autarquia cumpra com as suas obrigações perante o empreiteiro; se tivesse andado mais depressa provavelmente a Autarquia não teria tido capacidade financeira para fazer face a essa eventual velocidade superior embora, dentro daquilo que está calendarizado, me parece que seja uma execução adequada. A questão dos 4 milhões em 2012, considero, ainda assim, que serão 4 milhões que efectivamente serão executados e aqui há de facto uma boa coincidência de circunstâncias: é o período que concentra o maior volume de investimento mas é também o período que concentra o maior volume de participações e em relação a isto, dizer que a candidatura foi, contra ventos e marés, como era a nossa perspectiva e como sempre aqui foi dito, foi aprovada; foram já submetidos Autos de Medição e Facturas com despesa já paga superior a um milhão de € e só daquilo que diz respeito a despesa facturada e paga pela Câmara deverá haver aqui um aporte financeiro superior a um milhão de € mais aquilo que diz respeito a facturas já submetidas ainda sem correspondente contraprestação por parte da Câmara, superiores a 200 mil €. Isto para dizer que as coisas correram bem, estão a correr bem, na medida em que aquilo que a Tesouraria da Autarquia e as disponibilidades financeiras encontram-se em consonância com aquilo que é a velocidade de execução da empreitada.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** “respondendo a uma questão que foi colocada pelo Senhor Vereador Miguel Ventura, relativamente às acessibilidades da Serra do Açor: na Serra do Açor estas acessibilidades integram duas intervenções de alguma dimensão, uma tem a ver com a ligação do limite do concelho, limite da freguesia do Colmeal, Cepos, Selada das Eiras e a outra tem a ver com uma beneficiação de uma estrada entre o Agroal, Sobral Magro e Soito da Ruiva.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente ao subsídio de férias e de Natal, a Associação Nacional de Municípios, num processo negocial, que desenvolveu com o Governo, conseguiu que o dinheiro do subsídio de férias e de Natal e que não é o valor que o Senhor Vereador aqui referiu, uma vez que, como os ordenados são baixos, há uma boa parte desse valor que é entregue aos funcionários, que esse valor ficasse na Câmara, mas com a obrigatoriedade de esse dinheiro ser aplicado naquilo que são os compromissos do Município com os seus fornecedores; foi esse o entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Sobre o Teatro Alves Coelho, acrescentar que o tempo que estamos a viver, com os cortes que existem e que de alguma forma penalizam e coarctam a capacidade de intervenção do Município em algumas áreas, exige que façamos opções muito claras e a opção aqui não se trata de não fazer esta intervenção no Teatro Alves Coelho, pois naturalmente que a desejamos fazer, mas trata-se de adiar este investimento, sob pena que, se o não fizéssemos, de paralisar a actividade em todo o concelho; como nós defendemos que deve existir um trabalho de crescimento e de coesão territorial, temos que fazer opções e neste momento a opção muito clara e que está plasmada no Plano de Actividades, vai no sentido de uma intervenção muito forte no sector do ambiente ao nível da captação de águas, mas também ao nível do saneamento, com a construção de diversas ETAR's, vai também no sentido de alguma intervenção em termos de desenvolvimento económico e requalificação de algumas áreas no concelho, que consideramos prioritárias. O Teatro Alves Coelho é para fazer, mas no tempo próprio e em condições de verdadeira sustentabilidade financeira do Município.-----

-----Gostaria ainda de referir, relativamente à Cerâmica, que quando foi desenvolvido o Plano Estratégico para o Pinhal Interior Norte, e quando foi assinada a contratualização entra a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, a CIMPIN e a CCDRC, numa dotação global, na ordem dos 28 milhões de euros, o investimento sinalizado e a comparticipação sinalizada para a Cerâmica era de um milhão e meio de euro; uma vez que o Município tem executado esta obra de forma, eu diria, exemplar e outros Municípios não o têm conseguido fazer da mesma forma, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, desenvolvemos o processo de reprogramação que resultou num aumento desta comparticipação, que repito, estava sinalizada inicialmente para um milhão e meio de € e passou para cerca de 2.470.000,00€; há aqui um acréscimo na ordem dos 970 mil euros de financiamento face àquilo que estava inicialmente previsto. Também com a recente reprogramação do Programa Operacional da Valorização do Território onde temos candidatada a piscina, e que tem um financiamento aprovado de 70%, ou seja, cerca de um milhão e duzentos mil € de comparticipação, a reprogramação que tudo leva a crer será aprovada esta semana, pela Comissão Europeia, prevê que estas taxas de financiamento possam passar de 70% para 85%. Ainda não está claro qual é o período de elegibilidade em que isso possa ser feito, mas admite-se que possa ser do início de 2010; se assim for, podemos também, por essa via, ter um aumento da comparticipação da construção da piscina aquecida municipal de Arganil de 70 para 85%, o que representará um valor global em termos de acréscimo, superior a 200 mil euros. Relativamente à Cerâmica, aquilo que vale a pena hoje dizer, e depois deste histórico, é que com a





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

aprovação da candidatura no MaisCentro nos moldes em que ela foi feita, eu diria mais de uma forma simplista, pode-se dizer que o esforço financeiro que a Câmara teve que desembolsar do seu orçamento municipal, está concluído, uma vez que as participações que iremos receber por esta via, chegam para concluir o investimento; julgo que esse é uma boa notícia, o reforço das participações, já confirmado no âmbito do MaisCentro, para confirmação no âmbito do POVT; é, sem dúvida, uma grande ajuda no processo de execução financeira desta obra. Em complemento do que disse o Senhor Vereador Luis Paulo, gostaria de recordar que a obra foi pensada para 3 anos precisamente para a podermos executar cumprindo com os nossos compromissos financeiros com a empresa que está a desenvolver esta obra."-----

-----Pedi novamente a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** referindo que "retomando as explicações que foram dadas, nomeadamente sobre a gestão de frotas, compreendi de certa forma a sua integração. Pese embora a minha interpretação estava errada em termos comparativos, porquanto pensava que ela tivesse bastante a ver com os transportes escolares, porque, nos transportes escolares, em 2011 previram-se 400 mil euros e agora, para 2012, prevêem-se 624 mil euros; há aqui uma diferença bastante notória, não sei se os transportes escolares estarão a ser afectados de alguma nova situação que possa justificar um acréscimo tão evidente."-----

-----Ainda referente ao Sub-Paço, (página 27), as justificações que foram dadas destes 224 mil euros, se é que estou certo na interpretação que vou aqui exprimir, parece-me que destes 224 mil euros não vai haver nada para a obra da margem direita; pela explicação que foi dada, esta verba tem a ver com questões que já vinham da obra realizada. A aquisição da compra dos terrenos está noutra rubrica; nestes 224 mil euros não está prevista obra nova?-----

-----Dois últimos aspectos: um relacionado com o Teatro Alves Coelho, acredito que o Senhor Presidente tenha vontade, assim como todos nós e acredito que seja esta uma vontade forte, de que é uma obra para ser feita, mas a explicação que foi dada, destes 50 mil euros, tanto no ano de 2012 como, de igual valor, para o ano de 2013, se relacionadas com a elaboração do projecto é que não me parece correcto; penso que o projecto já existe, pelo menos foram essas as indicações que tive há uns tempos atrás e acho que 100 mil euros, em dois anos, não é uma explicação muito convincente."-----

-----Em relação à referência que fiz de "valor ridículo", referindo-me ao teatro Alves Coelho, fi-lo atendendo à relação que existe entre o valor e a obra; nunca diria que 50 mil euros é um valor ridículo, de modo nenhum."-----

-----Por último, relativamente à Cerâmica, foi aqui afirmado que ela teve a celeridade desejável isto é, se tivesse andado mais depressa, a Autarquia não tinha tido hipótese de acompanhar financeiramente a liquidação dos vários Autos de Medição; se assim é e como até agora, (2010 e 2011), foram executados e facturados 2.200.000,00€, que alteração tão substancial haverá no futuro, num momento de crise que atravessamos, para agora acreditar que vai ser "feita", facturada e paga obra no valor de 4 milhões?"-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou novamente da palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** explicando que "relativamente à questão relacionada com os transportes escolares, também não posso deixar de recordar que nós temos elementos, quer em termos de orçamento quer das GOP, que reflectem aquilo que será o compromisso e o exercício financeiro no próximo ano. Em termos de contratualização com a Rodoviária da Beira Litoral que opera actualmente com a marca Transdev, dizer que não há qualquer alteração contratual nem qualquer alteração de valores; numa óptica de custos, aquilo que será suportado pela Autarquia, é precisamente a mesma coisa que tem sido suportado até agora; há aqui, como também sabem, para além de uma óptica de custos, uma óptica de receitas e de despesas e aqui sim, há de facto um valor que tem a ver com algumas facturas do ano de 2011, desde Setembro até esta parte, que serão pagas já em 2012; não há qualquer alteração de valores contratuais.-----

-----Relativamente à questão do Sub-Paço, os valores que estão aqui considerados, tal como já disse, referem-se efectivamente a aspectos decorrentes da empreitada, valores que não consideram qualquer investimento para além daquele que está já executado.-----

-----Relativamente ao Teatro Alves Coelho, como todos sabemos, existe uma legislação relativa à contratação pública; aquilo que é o nosso entendimento é que, tal como e bem, se fez na Cerâmica, deve haver uma consulta ao mercado e deve haver um concurso público, com prévia qualificação. Um concurso público com prévia qualificação como sabem, é obrigatoriamente um concurso público internacional, que, como deverão compreender, não se compadece com um ajuste directo a A, B, C ou D, ou a quem quer que seja. As regras nesta matéria têm que ser regras de transparência e daí o facto de estarem considerados estes valores, repetindo e sublinhando que a elaboração do projecto terá necessariamente, do ponto de vista legal, que ser submetida ao mercado.-----

-----Relativamente à Cerâmica, admito que não tenha sido completamente esclarecedor naquilo que disse há pouco, mas volto a repetir que a candidatura relacionada com os Blocos D e C, que tem a ver com o Auditório, com o espaço destinado a supermercado e com o espaço da requalificação do edifício existente, como disse há pouco, foi aprovada recentemente em termos daquilo que são que é a última instância, foi o contrato celebrado e foi submetidos já os convenientes pedidos de pagamento; isto para dizer que no ano 2013, haverá um aporte financeiro muito significativo relacionado com despesa que está realizada e paga, conjugado com esta perspectiva de haver um aumento de participação, significa que haverá uma capacidade financeira relacionada com esta obra superior àquela que existiu até agora. Também devo dizer que, em termos de calendarização, aquilo que é a execução da empreitada, não se afasta significativamente daquilo que estava calendarizado, até porque a única questão que andou mais devagar do que aquilo que estava previsto, esteve relacionado com uma estrutura que foi aqui apreciada e que foi apreciada num fórum mais alargado, nomeadamente à mudança de funções do espaço do 1º piso no edifício da Cerâmica que, previsivelmente numa fase inicial, esteve previsto para ser um espaço comercial e depois, quer na sequência da evolução da conjuntura económica, quer considerando aquilo que foi o resultado das diversas opiniões colhidas no Fórum +Cerâmica, houve de facto uma alteração de perspectiva de uso. Estas alterações conjugadas depois com o reforço estrutural que





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

também aqui foi apreciado daquele espaço multiusos, implicou um atraso significativo naquela componente, na parte do edificado, sobre os fornos da Cerâmica; aquilo que em termos de calendarização se atrasou, face àquilo que estava previsto, é o que está relacionado com esta alteração de uso e com o reforço estrutural que foi aqui apreciado e votado; tudo o resto está a cumprir aquilo que estava previsto em termos de cronograma, aliás, no caso da componente da piscina, a obra está muito adiantada, no caso do espaço de supermercado e de auditório também está muito adiantada, na componente de reabilitação do edifício, houve este atraso relacionado com esta estrutura, que está ultrapassado e a obra também está a decorrer com normalidade. Em termos de cumprimento de calendário e de cronograma, está de acordo com o previsto e volto a dizer, do ponto de vista financeiro, ainda bem que as coisas correram assim.”-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que “relativamente ao Sub-Paço, o que está previsto é a aquisição dos terrenos na margem direita e a regeneração da Ribeira de Folques que é alvo de uma candidatura e que também está previsto executar.-----

-----Sobre a Cerâmica, queria acrescentar que, pese embora as condicionantes com a reabilitação do edifício, aquilo que se prevê é que a obra esteja concluída no prazo que estava estipulado que é Setembro de 2012; neste momento não há nenhuma informação quer da equipa de fiscalização quer da própria empresa de que esse prazo se vai dilatar; há um ajuste no cronograma de trabalhos, decorrente das alterações que foram feitas, nomeadamente relativamente ao uso, mas que não compromete o prazo final. Gostaria também de dizer que o valor do pedido de pagamento que está na CCDRC e que aguardamos que seja a todo o momento enviado para o IFDR, implica em termos de FEDER, um valor muito próximo de um milhão e duzentos mil euros. É esse valor que receberemos de despesa que já está paga.”-----

-----**PRIMEIRO: GOP - Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano 2012.** Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, que se dá por reproduzido e que, depois de rubricado, vai ser arquivado na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano ascende a 10.929.496,00€-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2012, deliberou-se, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura, aprová-lo e submetê-lo a apreciação e aprovação da digna Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----**SEGUNDO: Orçamento de Receita e Despesa para o ano de 2012.** Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Orçamento acima referido, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira. Nele se consigna, nomeadamente, que se estima o montante total de receitas em 17.704.101,00€, sendo 8.320.805,00€ de receitas correntes e 9.383.296,00€ de capital e o montante das despesas em 17.704.101,00€, sendo 8.320.805,00€ de despesas correntes e 9.383.296,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Orçamento do Município para o Ano Financeiro de 2012, bem como do respectivo mapa de pessoal que o acompanhava nos termos do nº 2 do art. 4 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, deliberou-se, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura, aprová-lo e submetê-lo a apreciação e aprovação da digna Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**O Senhor Vereador Miguel Ventura, apresentou a seguinte declaração de voto:**-----

----- “Perante a proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2012, que traduzem a estratégia de intervenção do Executivo para o próximo ano, cumpre-nos tecer as seguintes considerações políticas. -----

----- Tal como o temos afirmado em anteriores análises, entendemos que documentos com a importância das GOP deveriam obter, para a sua elaboração, contributos mais alargados, de modo a que o mesmo possa traduzir as preocupações de toda a sociedade.

----- Uma vez mais, sentimo-nos limitados na nossa acção e participação, pelo facto de não nos ter sido dada a possibilidade de contribuir com propostas para o futuro do Concelho, as quais, pelo menos, deveriam merecer a análise desta Câmara Municipal, porque também nós temos a responsabilidade de representar a população deste Concelho e de trabalhar no sentido de promover o seu bem-estar. -----

----- Consideramos que nestes momentos em que os recursos são mais escassos, mais se justifica a implementação do Orçamento Participativo como forma de aumentar o envolvimento das populações na definição das prioridades dos investimentos a efectuar, num processo de partilha da responsabilização e de aumento da eficácia na aplicação dos meios disponíveis, na medida em que não é possível acorrer a todas as necessidades identificadas. -----

----- Da análise do documento que nos foi apresentado verificamos que o decréscimo em cerca de 320.000 euros das transferências da Administração Central em relação a 2011, está compensado com o aumento de receitas de 67% na venda de água e de 81% nas





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

taxas relativas aos resíduos sólidos, no que se traduz num esforço adicional dos Arganilenses, numa época em que são chamados a contribuir, mais do que as suas possibilidades, através de impostos que lhe são cobrados por um Governo que entendia que o PEC 4 já ultrapassava todos os limites. -----

----- Se não se verificar a arrecadação desta receita, concluímos que estamos perante mais um orçamento desvirtuado em relação à realidade, com receitas sobrevalorizadas, nomeadamente o IMT com mais 16% em relação a 2011, e despesas de investimento que, por consequência, não poderão ser concretizadas, gorando-se as expectativas das populações. -----

----- Da análise das GOP, chegamos à conclusão de que continuam a ser previstos vários investimentos, cuja intenção de concretização vem sendo manifestada há alguns anos a esta parte, não havendo garantia da sua concretização no próximo ano, para mais com os constrangimentos que sabemos existirem. -----

----- É por este motivo que consideramos que este é um Orçamento virtual e marcado pelos adiamentos. Não seria mais coerente assumir uma proposta mais adequada com a situação real do município e a sua verdadeira capacidade de intervenção? -----

----- As funções sociais que devem assumir uma atenção acrescida do município, excluindo a educação que é um sector que merece a nossa concordância pelo investimento previsto, não têm a necessária correspondência em termos de meios financeiros. -----

----- A Câmara Municipal deve estar disponível para apoiar as IPSS's do Concelho, quando estas têm sido chamadas a responder a um crescente numero de casos sociais, ficando sem os meios que tinham reservados para efectuarem os seus próprios investimentos e beneficiarem das oportunidades e das ajudas a que têm acesso e que são essenciais para a qualificação da sua acção e para o aumento da sua capacidade de resposta. -----

----- Não nos podemos dar ao luxo de perder ajudas por indisponibilidade de recursos locais. Face ao momento excepcional que o País atravessa, devemos implementar outras medidas e encontrar novas prioridades para a acção municipal e a acção social deve estar no seu topo. -----

----- Continuamos a entender que a implementação das Comissões Sociais de Freguesia, são um factor de aumento da eficácia da intervenção social, dada a proximidade que têm com os problemas e a possibilidade de encontrar a nível local as oportunidades para a sua resolução. -----

----- Saudamos a implementação do Programa de Conforto Habitacional para Idosos, o qual foi concedido pelo anterior Governo ao Concelho de Arganil e se traduz num financiamento da inteiramente da responsabilidade do ISS, gerido a nível local pela Câmara Municipal. -----

----- Face à evolução recente da economia, devem ser encontradas possibilidades de libertação de meios que possam ser aplicados noutros projectos que têm sido desorçamentados e cuja implementação tem repercussões na qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- Tal opção tem sido adoptada com vários Projectos, nomeadamente nas obras de requalificação do Teatro Alves Coelho que foram adiadas por mais um ano, não se sabendo quando serão efectivamente concretizadas. -----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

----- Se os meios alocados à aquisição forçada de mais terrenos, por exemplo no Sub-Paço, fossem aplicados no que é verdadeiramente essencial para o Concelho, deixando novas intervenções para quando a situação do município for mais favorável, por certo que estaríamos a dar um contributo mais positivo para a nossa comunidade. -----

----- Continuamos a não vislumbrar o aproveitamento do património construído, preservando a história do nosso Concelho, possibilitando a sua adaptação a novas funcionalidades, dotando deste modo as instituições locais de condições para a prática das suas acções ou colocando esse património a gerar riqueza e emprego. -----

----- A nível turístico, cuja acção está reduzida a um conjunto de acções de animação, necessárias mas insuficientes, não está plasmado no Orçamento o modo como será implementado o Plano Estratégico para o Desenvolvimento turístico do Concelho, continuando por implementar a plataforma aí prevista e que poderá constituir um importante instrumento de dinamização do sector. -----

----- É fundamental que o investimento na requalificação dos parques industriais seja assumido como uma preocupação do Executivo, dando um sinal de esperança e de incentivo aos empresários, já que o estado de degradação em que se encontram em nada contribui para a imagem das empresas aí instaladas. -----

----- Ao nível do apoio aos empresários, ficamos surpresos com o facto da implementação do Programa Finicia não estar prevista no Orçamento, este que é um interessante instrumento de apoio financeiro aos empresários, conferindo-lhe meios financeiros necessários à concretização dos seus investimentos. -----

----- Em conclusão, entendemos que mais poderia e deveria ser feito, nomeadamente ao nível da solidariedade do Município para com as Instituições da Sociedade Civil que são importantes parceiros e desenvolvem uma acção meritória a nível local. -----

----- Tal como temos referido, as pessoas e os seus verdadeiros problemas deveriam merecer outra preocupação por parte da Câmara Municipal. -----

----- Pelos motivos expostos e pelas diferenças que nos separam em termos das prioridades políticas quanto ao desenvolvimento do Concelho, o PS vota contra a proposta de GOP's e Orçamento para 2012 apresentada pela maioria PSD na Câmara Municipal de Arganil."-----

-----**O Senhor Vereador Rui Silva apresentou a seguinte declaração de voto:**-----

----- "O documento em análise, que integra o PPI, o GOP, as AMR e o Orçamento para o ano de 2012, começa por identificar uma situação de crise, altamente penalizadora e condicionadora da actividade financeira do Município. -----

----- Por tal é sustentado na apresentação do documento a exigência de rigor, forte contenção e grande selectividade nos investimentos. -----

----- É isto que o documento diz mas não é isto que o documento traduz, longe disso!-----

----- - Em valor o Orçamento para 2012, no montante de €17.704.101,00 dista do de 2011 em € 203.788,00 o que não faz supor a "dita" crise. -----

----- - A descrição das intervenções previstas nas GOP para 2012 são, no todo, idênticas às anteriormente previstas para 2011, pelo que, não se vislumbra a referida selectividade nos investimentos. -----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

----- -As GOP incluem investimentos que não demonstram medidas de contenção, pelo contrário, referem investimentos que á partida não vão ser cumpridos. São disso exemplos: -----

----- - A requalificação do Teatro Alves Coelho que já integrava as GOP para 2011 com € 420.000,00, para nada ter sido feito e para nada se continuar a fazer, porquanto, as GOP para o ano de 2012 prevêem um investimento de € 50.000,00 (página 28/57). -----

----- - Ou então, a requalificação da Antiga Cerâmica, cujo investimento se prevê concluído em 2012, tendo ficado previsto na calendarização dos investimentos; € 2.000.000 para o ano de 2010, € 2.000.000 para o ano de 2011 e € 2.000.000 para o ano de 2012. -----

----- Acontece que durante os dois primeiros anos, 2010 e 2011, foi paga obra no valor de € 2.251.542 e agora num só ano de 2012 vão liquidar-se € 4.000.000, o que não acredito poder ser verdade. -----

----- De demais factos identificados na análise do Documento, reflectem uma apatia, instalada, de não querer "arrepiar" caminho e evitar a "derrapagem". É este entendimento que justifica o meu voto contra." -----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo ainda que "gostaria apenas de dizer, na sequência da apresentação das declarações de voto dos Senhores Vereadores Rui Silva e Miguel Ventura que nós temos memória e não esquecemos, e recordaremos sempre, quem nos trouxe até aqui, até esta situação de constrangimentos graves nas transferências do Estado. Fomos, somos e continuaremos a ser críticos de quaisquer reduções do Orçamento do Estado; é uma questão de coerência e de convicção! Para nós, o Concelho estará sempre acima de quaisquer interesses partidários ou até de alguns interesses particulares que às vezes se parecem sobrepor aos interesses do Concelho. Somos naturalmente críticos, mas não esquecemos que estes cortes e estas reduções têm a ver com a situação calamitosa e desastrosa com que o Governo do Partido Socialista e do Engenheiro José Sócrates deixou o País. Confundir o PEC IV com o pedido de assistência internacional, que foi feito pelo anterior Governo e subscrito pelos três maiores Partidos, é querer, demagogicamente, ocultar a verdade, porque o PEC IV não previa a entrada de 78 mil milhões de euros no País, como veio a acontecer com o pedido de assistência financeira. É uma matéria muito clara que eu não queria deixar passar em claro.-----

-----Por outro lado, também queria dizer que este Executivo Camarário sempre esteve e continua a estar aberto às propostas da Oposição. Se o Partido Socialista não fez propostas para inclusão no Plano Plurianual de Investimentos para 2012, foi porque não quis ou não teve essa vontade; podia tê-las feito, que nós teríamos todo o gosto em estudar essas propostas; não o fez; lamento que agora venham dizer que não abrimos espaço para que essas propostas pudessem surgir. Como disse, estivemos, estamos e continuaremos sempre abertos às propostas que a Oposição queira apresentar, mas sem nunca perder de vista que há um partido que ganhou as eleições, com um projecto próprio e que o está a implementar. Não nos desviaremos desse caminho e apostaremos,





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

naturalmente, em concretizar aquilo que são as prioridades que os Arganilenses sufragaram.-----

-----Ainda uma nota relativamente à questão do apoio de natureza social: o Senhor Vereador Miguel Ventura e o Senhor Vereador Rui Silva seguramente que não desconhecem as competências que cabem às Autarquias nesta matéria e que se centram, sobretudo, naquilo que é o apoio à Acção Social Escolar; nos últimos anos têm vindo a crescer de uma forma muito significativa, os apoios da Câmara, em matéria de Acção Social Escolar, por via das necessidades emergentes que ocorrem todos os dias, nomeadamente com cada vez mais crianças a necessitarem desse apoio. Temo-lo feito, apostando na valorização também dos equipamentos, no Programa de Generalização das refeições, na componente de apoio à família, na melhoria dos transportes escolares; são indicadores importantes a considerar no âmbito do apoio social que a Autarquia tem desenvolvido. Não afastamos a possibilidade, e temo-lo feito, do apoio que temos dado às instituições particulares de solidariedade social, nomeadamente na melhoria e qualificação dos seus equipamentos.-----

-----A terminar, gostaria de dizer que este Plano e este Orçamento centra-se em três áreas fundamentais que nos parecem da maior importância: uma tem a ver com o apoio de natureza social, ligado à melhoria da qualidade de vida, com intervenções na área da saúde, na área do turismo e na área do desenvolvimento económico; estão expressas no Plano que hoje apresentamos, mas também um investimento muito forte na área do ambiente; como há pouco referi, a questão do abastecimento de água e a questão do saneamento merecem-nos a mais viva preocupação e merecem também uma aposta forte que vamos fazer. Entendi muito bem as palavras dos Senhores Vereadores sobre a matéria do aumento da receita quer da água, quer do saneamento, quer dos resíduos sólidos, mas é preciso ver que haverá um esforço considerável no próximo ano e em 2013, relativamente a investimentos nesta área. Porque também estamos disponíveis, em breve será apresentado as propostas de alteração aos Regulamentos nestas áreas, estando abertos para ouvir todas as propostas, com a certeza porém, que temos que caminhar no sentido da sustentabilidade; isso é um imperativo que está plasmado, quer no Relatório da Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL), quer nas recomendações da Entidade Reguladora do Sector das Águas e dos Resíduos. Finalmente, tem outro eixo, que é um eixo de investimentos de proximidade nomeadamente em matéria de acessibilidades. Não podemos descurar a promoção da coesão territorial e do desenvolvimento harmonioso do concelho; isso faz-se com investimentos de proximidade como aqueles que estão aqui plasmados, nomeadamente a beneficiação da rede viária.-----

-----Julgamos que este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano se ajustam àquilo que são as necessidades do concelho, considerando um período de crise que existe e que há uma redução significativa das transferências do Estado, que são determinadas por este Governo, mas naturalmente que este Governo não tem responsabilidade da herança calamitosa que o Governo do Partido Socialista nos deixou. Eram estas as palavras que queria deixar, no encerramento da discussão destes dois pontos."-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo Terceiro

Diversos

-----**PRIMEIRO: Alteração ao Protocolo de Delegação de competências às Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e Sarzedo**, em matéria de administração da Cantina. -----

-----Presente um exemplar da alteração aos protocolos citados em epígrafe, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos e se anexam cópia à acta.-----

-----Analisada que foi a situação em apreço, deliberou-se, por unanimidade, delegar, nas Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e de Sarzedo, competência para administração da Cantina para o período de Setembro a Dezembro de 2011, mediante a atribuição de um subsídio no valor correspondente a cada refeição (1,62€) a multiplicar pelo número de refeições servidas e submeter a presente deliberação a aprovação da digna Assembleia Municipal e delegar no Senhor Presidente os poderes necessários para outorgar a adenda ao protocolo-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta de **reversão do direito de superfície do terreno ocupado pela infra-estrutura do Parque de Campismo do FAOJ (IPJ)**, em Secarias.-----

-----O Senhor **Presidente** sugeriu "enviar este processo para o gabinete jurídico e faríamos uma votação final, depois de devidamente enquadrado juridicamente. Esta é a minha proposta, mas não o quis fazer sem ouvir a opinião dos Senhores Vereadores."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** "para manifestar uma posição favorável a esta proposta, no sentido de ser possível fazer algo num terreno que, pelos vistos, não é neste momento propriedade do Município, uma vez que o direito de superfície foi concedido ao FAOJ, mas que se encontra em situação de abandono e cujas funções que, na época seriam meritórias, no sentido de ser ali desenvolvido um Parque de Campismo direccionado para a juventude, não tendo sido concretizadas, julgo que urge pôr aquele espaço a render em favor do Município; se esta reversão dos terrenos for possível, julgo que a Câmara ficará ali com um espaço capaz de desenvolver outras actividades e complementar aquilo que é também um espaço que deve ser valorizado, que





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

é a Praia Fluvial da Peneda da Talhada, que merece outra atenção e que ficaria com outras estruturas complementares que vinham dignificar toda aquela zona.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** dizendo que “concordo perfeitamente com esta atitude e também deixar claro que não devem ser alterados, mesmo passando para a esfera do Município, os objectivos para o qual ele foi criado, manter-se como Parque, direccionado essencialmente para os jovens.”-----

-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelo Sr. Presidente. Remeta-se o processo ao Gabinete Jurídico para análise.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta para alteração de Sinalização de Proibição de Estacionamento na Rua Dr. Homero A.D.J. Pimentel – Arganil.--

-----Presente ainda a informação nº INF/114/2011, datada de 21/11/2011, da Técnico Superior Sérgio Almeida, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:---

----- Tendo em consideração o solicitado pelo Exmo. Sr. Vice Presidente, de acordo com e-mail enviado a 04 de Novembro de 2011 que segue em anexo, procedeu-se à alteração da sinalização de proibição de estacionamento em frente à Escola E.B. 1 de Arganil. -----

----- Neste sentido e de acordo com o solicitado, deverá proceder-se à substituição do painel adicional Mod. 10a com a inscrição "excepto transportes públicos", por um painel adicional Mod. 7d com a inscrição "DIAS ÚTEIS DAS 8h15 às 9h DAS 17h às 18h, conforme desenho em anexo.

----- Perante o exposto, propõe-se a V. Exa. a aprovação em reunião de câmara, da proposta de alteração ao período de estacionamento em frente à Escola E.B. 1 de Arganil. -----

----- À consideração superior. -----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 22.11.2011; "À Reunião de Câmara."**-----

----- A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade concordar com o proposto. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

Capítulo Quarto

Expediente

-----**PRIMEIRO:** Da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva, ofício a solicitar a alteração da clausula 1ª (Objecto) do Contrato Programa nº 15/2010.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da Clausula 1ª (Objecto) do Contrato Programa nº 15/2010, celebrado com a Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva.-----

-----**SEGUNDO:** Do **Agrupamento de Escolas de Arganil**, ofício a solicitar a indicação de três representantes do Município, designados para representarem o mesmo no Conselho Geral. -----

-----O Senhor **Presidente** recordou que "os nomes que representavam a Câmara no Conselho Geral, eram o meu próprio, o do Senhor Vice-Presidente e o do Senhor Vereador Luis Paulo Costa. A minha proposta é que estes nomes sejam confirmados.-----

-----Proponho ainda que esta votação possa decorrer sem ser por voto secreto."-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que a votação não fosse feita por voto secreto.-----

-----Deliberou ainda, por unanimidade, aprovar os nomes dos três representantes do Município no Conselho Geral, a saber:-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara;-----

-----Avelino de Jesus da Silva Pedroso, Vice-Presidente da Câmara;-----

-----Luis Paulo Carreira Fonseca Costa, Vereador.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

Capítulo Quinto

Requerimentos Diversos

-----**PRIMEIRO:** De **Fernando Morais Gama**, residente em Fernão Ferro, a solicitar a emissão de Certidão de Compropriedade, relativa ao seu prédio rústico, denominado de Tojeira, freguesia de Vila Cova de Alva, inscrito na matriz predial rústica sob o nº 2277 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 464/19910313.-----

-----Presente a informação datada de 17/11/2011, da Técnica Superior Eduarda Figueiredo, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

----- O requerente, Sr. Fernando Morais Gama, solicita a esta autoridade administrativa, certidão de compropriedade de 1 prédio rústico, localizado em Tojeira, Freguesia de Vila Cova de Alva, ao abrigo do nº 1 do artº 54º da lei nº 64/2003 de 23 de Agosto. -----

----- Uma vez que se trata da divisão de um prédio para fins não urbanos, resultando rentabilidade para os co-proprietários, propõe-se a V. Exa., o envio a Reunião de Câmara no sentido do deferimento solicitado. -----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

----- À Consideração Superior. -----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 18.11.2011; "À Reunião de Câmara."**-----

-----Analisado que foi o processo, deliberou-se por unanimidade, autorizar a emissão da certidão. Notifique-se. À DGU para operacionalização.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**SEGUNDO:** De **Litoral Horizonte, Lda**, com sede em Côja a requerer o prolongamento do horário de funcionamento do seu estabelecimento (bar) denominado "Príncipe do Alva", sito na Rua Desembargador Abel Pereira do Vale, em Côja, até às 04.00h, aos fins-de-semana e feriados.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "tem havido uma série de reclamações sobre o funcionamento deste bar; no Verão a GNR interveio algumas vezes, foram até abertos processos de Contra-Ordenação. A Junta de Freguesia vem dizer que não se justifica este horário de funcionamento, dado que o estabelecimento está localizado dentro do aglomerado urbano e que concordam com o prolongamento até às 4 horas apenas durante o Verão. A GNR vem dizer que o estabelecimento tem despoletado reclamações e que a Câmara deveria medir os parâmetros do ruído e que não vê qualquer impedimento no pedido solicitado, desde que sejam respeitados os mesmos limites".-----

-----O Senhor Vereador Rui Silva perguntou se o barulho é proveniente de música ou é das pessoas no exterior, ao que o Senhor Presidente respondeu que às vezes deixam a porta aberta e o barulho vem para a rua.-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** dizendo que "têm que respeitar as questões do ruído e não devíamos aqui conceder nenhuma licença enquanto isso não estivesse salvaguardado, até porque a Junta de Freguesia também chama a atenção para isso."-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **António Cardoso** referindo que "gostaria de chamar a atenção para o facto de que foram registadas várias queixas, quer na Câmara quer na GNR, contra a Litoral Horizonte, por produção de ruídos e falta de respeito pela vizinhança até altas horas da noite. Também a GNR foi lá várias vezes e a técnica que tem sido seguida pelo proprietário é que haverá alguém que está sempre à espreita e quando lá chega a GNR desligam o som. É mesmo no centro de Côja, onde há pessoas idosas, por





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

acaso mora lá uma pessoa que está acamada há bastante tempo e que já telefonou para a Câmara várias vezes.-----

-----Por outro lado, a casa está licenciada como restaurante e bar, que não está insonorizado; não há preocupação do proprietário do estabelecimento em conter, dentro do mesmo, todo o ruído que ali se faz; a porta é aberta e os clientes deslocam-se para a esplanada onde falam em voz alta. Pedia ponderação na análise do pedido pois penso que ele tem o alvará até às 2 da manhã, que julgo ser mais que suficiente para aquela zona e também para que a exploração seja rentável, no caso de ser esse o motivo. Penso que da nossa parte tem que haver alguma ponderação para protecção da saúde e bem – estar da vizinhança.”-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** acrescentou que “tendo em conta os condicionalismos locais, até às 2 da manhã serve perfeitamente para a realidade que conhecemos; por outro lado, há alternativas na vila e, aparentemente, sem estes inconvenientes. Também pelo conhecimento que tenho, a actividade dominante seria a restauração e não tanto a actividade de bar.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que “sou da opinião que devíamos seguir o exemplo que tem sido tomado para os bares aqui da vila de Arganil; tem sido pontualmente autorizado o funcionamento até às 4 da manhã em períodos específicos como o fim de ano, o Carnaval, a Páscoa etc; e nessas alturas julgo que estaremos disponíveis para, tal como é aprovado e é concedida essa autorização na sede de concelho, o fazermos em relação aos estabelecimentos localizados vila de Côja, mas estar aberto até às 4 da manhã, todos os fins de semana durante todo o ano, julgo que não se justifica.”-----

-----O senhor **Presidente** referiu ainda que “era isso que eu ia dizer; o nosso procedimento tem sido esse em Arganil e o que proponho, relativamente a este caso, é que o procedimento seja o mesmo; negar este pedido para todo o ano e, pontualmente, o proprietário pode fazer esse pedido à Câmara para em períodos de festa, de acordo com o que está plasmado no Regulamento, a Câmara possa apreciar caso a caso essas situações, até porque temos que ter em conta as queixas que tem havido.”-----

----- Analisado que foi o processo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido com base nos fundamentos acima invocados. -----

----- Deliberou ainda, por unanimidade, que aquando da notificação do indeferimento, se informe o requerente da possibilidade prevista no art. 12 do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços deste Município. -----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo Sexto

Loteamentos

-----**PRIMEIRO: Auto de Vistoria para efeitos de redução de caução – Processo nº 5/1999.** Obras de urbanização do loteamento licenciado pelo alvará nº 1/2010 de 28 de Setembro de 2010 – Albino de Ascensão César das Neves e outros. -----

----- Presente um exemplar do Auto de Vistoria para Redução de Caução, que se dá por transcrito e se anexa cópia acta. -----

-----Presente ainda a informação nº INF/DGU/689/2011, datada de 09/11/2011, da Técnica Superior Carla Neves, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, junto se remete para aprovação em reunião de Câmara Municipal, o Auto de vistoria para efeitos de redução de caução do loteamento em epígrafe, na sequência da vistoria realizada pela Comissão de Vistorias de loteamentos designada para o efeito. -----

----- À consideração superior.” -----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 13.11.2011; "À Reunião de Câmara."**-----

-----Analisada que foi a informação deliberou-se, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria para efeitos de redução de caução das obras de urbanização do Loteamento em epígrafe, e reduzir a caução no valor de 3.099,10€ a que corresponde 82,61% do montante inicial da caução prestada, o que se traduz na apresentação de uma caução pelo promotor no valor de 652,50 (17,39%), termos dos nºs 4 e 5 do artº 54, do RJUE.-----

-----Notifique-se. Dê-se conhecimento à Secção Financeira, com vista à operacionalização da deliberação. -----

Capítulo Sétimo

Empreitadas

-----**PRIMEIRO: Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense.** Proposta para aprovação de Revisão de Preços Provisória – Auto nº 2 RP.-----

-----Presente a informação nº INF/DGU/737/2011, datada de 29/11/2011, da Técnica Superior Carla Neves, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

----- A obra supracitada, foi adjudicada por deliberação datado de 04/09/2009 à empresa "**Telhabel Construções, S.A**", pelo valor da sua proposta 5.181.491,60€ (cinco milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de 30 meses. -----

----- Foi apresentado pela fiscalização (VHM) o cálculo da revisão de preços provisória de Março/2010 a Setembro/2011, uma vez que ainda não estão definidos os indicadores de Abril/2011 a Setembro/2011, nos termos do Dec. Lei N°6/2004 de 6 de Janeiro. -----

----- A revisão de preços apresentada é no valor de 54.121,28€, sendo que de acordo com o nosso programa SCE o valor é de 54.121,27€, conforme documentos em anexo. -----

----- **Em resumo:** -----

----- - Foram revistos os trabalhos normais até Setembro 2011. -----

----- - Com Índices definitivos até Março 2011 -----

----- - Valor da faturação até Setembro/2011 – 2.254.804,66€ -----

----- - Valor da revisão de preços provisória nº2 – 54.121,27€ -----

----- Valor acumulado das revisões de preços (Março/2010 a Setembro/2011) - 54.121,27€ -----

----- Valor já considerado em revisões anteriores -----1ª revisão - 35.653,07€ -----

----- Valor a facturar ----- - 18.468,20€ -----

----- Perante o exposto, propõem-se para aprovação em reunião de Câmara Municipal a **revisão de preços provisória nº2 (Março/2010 a Setembro/2011)** no valor total de 54.12,27€, sendo o valor a faturar de 18.468,20€. -----

Auto nº	1 RP	2 RP	3	4	5	6	7	8	9	10	Totais
Data	12-05-2011	14-11-2011									
Período da revisão	Março/2010 a	Março/2010 a									
	Março/2011	Set./2011									
Fact. nº											
data											
valor	35.653,07	54.121,27									
valor já facturado		35.653,07									
Total	35.653,07	18.468,20									54.121,27
IVA *	2.139,18	1.108,09									3.247,28
total	37.792,25	19.576,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.368,55

----- À consideração superior. -----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 29.11.2011; "À Reunião de Câmara."**-----

-----Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Senhores Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura, aprovar a revisão de preços provisória nº 2 (Março/2010 a Setembro/2011) no valor total de 54.121,27€, sendo o valor a facturar de 18.468,20€ da empreitada da Reabilitação da Cerâmica Arganilense, de acordo com a informação supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

ENCERRAMENTO

-----E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram doze horas e trinta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Carla Maria Conceição Rodrigues, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

